



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6810 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

### LEITURA, ESCOLA E UNIVERSIDADE: UM DIÁLOGO EM TRÊS TEMPOS

Diego da Silva Vargas - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
 Elaine Cristina Teixeira Batista - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Mariana Cardoso Araujo - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

### **LEITURA, ESCOLA E UNIVERSIDADE: UM DIÁLOGO EM TRÊS TEMPOS**

Neste trabalho, pretendemos “criar inteligibilidades” (MOITA LOPES, 2006) sobre o trabalho com a leitura em espaços escolares e acadêmicos, partindo de nossa experiência como pesquisadores em três diferentes pesquisas que se integram. Fazemos parte de um mesmo grupo, sendo um orientador, professor do curso de Pedagogia em uma universidade pública do Rio de Janeiro, e duas orientandas de iniciação científica, graduandas deste curso. Partimos de uma abordagem cartográfica que inclui diferentes planos de reflexão sobre o ensino de leitura: a) uma análise comparativa entre os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular; b) a prática em uma turma de primeiro ano no âmbito do Projeto Mais Alfabetização e c) o trabalho com a leitura e a escrita acadêmica no curso de Pedagogia.

Na cartografia, a subjetividade do pesquisador é central na construção do objeto estudado, dedicando-se ao acompanhamento de processos e à construção de um viés interventivo. Nosso objetivo aqui é integrar nossos fazeres investigativos em função da criação de um mundo comum e heterogêneo (KASTRUP e PASSOS, 2012). Tal criação, em nosso caso, parte do compromisso com a produção de conhecimentos sobre como as pessoas vivem seus sofrimentos, projetos políticos e desejos (MOITA LOPES, 2006). Entendendo que o cotidiano da escola e da universidade pública é parte da vida das pessoas que nele se inserem (e das que dele são excluídas), buscamos construir um olhar teórico que reconheça os saberes derivados da prática (LUDKE, 2001) e que procure a fala dos excluídos (GARCÍA e VALLA, 1996), utilizando o diálogo para uma educação como prática da liberdade (FREIRE, 2005).

Neste texto, nos baseamos nos estudos em letramento(s) (KLEIMAN, 1995), na ideia de educação linguística (BAGNO e RANGEL, 2005) e na noção de políticas cognitivas (KASTRUP, 2005). Entendemos que oralidade e escrita são práticas de significação construídas pelos sujeitos a partir de seus conhecimentos prévios, em inte(g)ração com quem dialoga e com as informações novas que recebe. Assim, podemos perceber as políticas cognitivas construídas, e romper com elas, quando entendemos em que medida o aprendiz é silenciado em seu aprendizado.

Entendemos ainda que estamos em um debate curricular e que o currículo é território

disputado pelos sujeitos sociais envolvidos em sua materialização e pelos discursos oficiais (ARROYO, 2011). O enfoque aqui construído nos permite observar o que se propõe para a aprendizagem dos alunos e para a atuação dos professores, ou seja, que políticas de cognição se apresentam para o trabalho com a leitura, buscando a superação de um ensino bancário para dar lugar a uma educação comprometida com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Este diálogo começa comparando a proposta dos PCN e a da BNCC, entendendo o que prescrevem no que se refere à leitura na educação básica e, conseqüentemente, o que esperam da formação de professores. Cabe observar que são documentos que apontam para estruturas de controle diferentes em relação aos fazeres da/na educação básica e que, portanto, devemos refletir sobre como esses discursos atravessam as práticas escolares, contribuindo para a construção de políticas cognitivas nestes espaços.

Quanto às estruturas de controle, é possível afirmar que ambos se preocupam em estabelecer conteúdos e resultados, mas em diferentes intensidades: os PCN estabelecem princípios e didáticas mais gerais e conteúdos por ciclos, a BNCC busca a homogeneização do que ensinar e do que aprender, dos ritmos e tempos desses fazeres. Especificamente, em relação à leitura, ambos a concebem como processo de construção de sentidos, mas, em suas propostas práticas, desconsideram os saberes processuais nela envolvidos. O não reconhecimento desses saberes pode construir uma cadeia de não reconhecimento que se concretiza na (não) atuação do professor sobre/junto a eles e, conseqüentemente, no (não) agenciamento do aluno de sua aprendizagem.

Por isso, entramos no segundo plano de análise, a partir do trabalho de uma das pesquisadoras em sua participação no Mais Alfabetização em uma escola municipal de Nova Iguaçu/RJ. Entendendo que a existência do projeto é uma ação curricular governamental sobre os cotidianos das escolas, sabemos que a atuação da pesquisadora em aulas de apoio em uma turma do primeiro ano é atravessada pelas práticas da professora regente, por seu processo de (auto)formação, pelas políticas curriculares oficiais e pelas crianças com quem interage. Partindo das potencialidades e das fragilidades postas pelo/no contexto, a pesquisadora realizou um projeto de leitura, disputando concepções de leitura naquele tempo-espaço. Os resultados de seu projeto mostram que sua participação alterou a dinâmica curricular que se construía, contribuindo para a (re)construção de concepções e de práticas dos estudantes e da professora da turma.

O terceiro plano de reflexão se trata de uma metarreflexão sobre processos acadêmicos de leitura e escrita. Em nossa experiência no curso de Pedagogia, temos notado que os estudantes não se (re)conhecem em relação às suas capacidades linguísticas na universidade. Suas falas, que, considerando seu perfil socioeconômico, são dos excluídos (GARCÍA e VALLA, 1996), apontam que a aprendizagem da escrita e da oralidade na universidade é sofrida, sacrificante e excludente. Ao serem impossibilitados de construir outras experiências com a linguagem, não problematizam a educação linguística a que foram submetidos na escola e não se colocam como autores dos/nos textos que leem e que produzem, reproduzindo a fala de quem define o que é o saber (GARCIA e VALLA, 1996) e não construindo efetivamente um diálogo como prática da liberdade (FREIRE, 2005).

Essas experiências se contrapõem às práticas desenvolvidas pelas pesquisadoras, que encontram na pesquisa uma ruptura. Acreditamos que a formação de professores deve estar conectada às que se desenvolvem (e que deveriam desenvolver-se) na escola, contribuindo para a construção de letramentos docentes articulados a reflexões sobre letramentos escolares e a letramentos acadêmicos que fomentem a existência de sujeitos autorais.

O cenário que se apresenta nos permite, então, construir práticas alternativas, em um

mundo comum e heterogêneo (KASTRUP e BARROS, 2012), de letramento para/com professores (formadores de professores e em formação) e estudantes (da escola e da universidade), especialmente, se pensarmos que vivemos hoje em tempos brutos que se potencializam com a pandemia. Nesse sentido, desenvolver tais práticas é também contribuir para a luta pelo direito à educação e pelo direito à (melhores) vida(s).

**Palavras-chave:** Letramentos. Leitura. Políticas Cognitivas. Formação de Professores.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. *Currículo, territórios em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v.5, n.1, 2005, p.63-81.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCIA, Regina Leite; VALLA, Victor. V.. A fala dos excluídos. *Cadernos CEDES*, nº 38. Campinas: Papirus, 1996.

KASTRUP, Virgínia. Políticas Cognitivas na Formação do Professor e o Problema do Devir-Mestre. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.26, n.93, 2005, p.1273-1288.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: Revista de Psicologia*, v.25, n.2, 2013, p.263-280.

KLEIMAN, Ângela (ed.). *Os significados do Letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LÜDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 74, 2001, p. 77-96.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Introdução: Uma linguística aplicada mestiça e ideológica – interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p.13- 44